



EDITORIAL

O DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

Não poderia a Sociedade Portuguesa de Pediatria deixar de assinalar o Dia Mundial da Criança, convidando os colegas a meditar sobre o destino dos pequenos seres cujo desenvolvimento controlam, arrancando-os, não raras vezes, a uma morte precoce ou à invalidez total.

Tema fundamental de reflexão, em tal dia, é o decálogo dos direitos da criança, declaração de princípios cujo conteúdo só tem paralelo na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Todavia, tal como esta, a Declaração dos Direitos da Criança teve que ser um conjunto de normas de aplicação universal, as quais, na sua grandiosidade quase dão a impressão de ser trabalho de deuses, pairando acima do quotidiano. Ao contrário do exemplo clássico, aqui é a floresta que esconde a árvore, dando aos mortais a possibilidade de apaziguar a sua consciência por detrás da palavra Utopia, hoje transformada, de meta ideal, em avalizador de cobardias.

Não vou, pois, falar-vos dos Direitos da Criança os quais conduzem, sistematicamente a pensar naquela criança amarela acorada junto às ruínas de não sei que cidade vietnamita, embalando nos braços esqueléticos, o cadáver duma boneca. Também não quero lembrar os meninos negros, de grandes barrigas, chapinhandos na água vermelha das cacimbas. Nem quero ver os pequenitos dos bairros que rodeiam a nossa Universidade, como caspa nos ombros dum génio, fazendo regatas com barcos de jornal, nos regos cavados pelos despejos.

Nem vou remexer a poeira da História para desenterrar o retrato amarelado daquele garoto judeu franqueando as portas de Treblinka ou recordar o olhar pisco daquele garoto árabe ofuscado pelo brilho dos tanques israelitas sob o sol do Sinai.

Arriscava-me a ouvir dizer que os pediatras não são responsáveis por isso.

— 2 —

Portanto, vou antes falar-vos no Quim Corta-Rabos que nasceu em sofrimento fetal, foi reanimado segundo as melhores técnicas da Neonatologia de há vinte anos e hoje arrasta o seu ólio impotente na cadeira de rodas da caridade.

Vou falar-vos do Acácio que sobreviveu a uma desidratação, para depois passar oito meses num caixote porque a mãe não queria — ou não podia — tomar conta dele. Tinha decidido deixá-lo no Hospital, mas havia falta de vagas e as autoridades foram impôr-lhe, como dever, aquilo que outras desejam — ser mãe.

E vou recordar-vos os esforços feitos, para amarrar à vida, inválidos, velhos decrépitos roídos pelo enfisema, semi-válidos de meia-idade, regressados do reino das trevas por obra e graça da cardiologia, as transplantações de órgãos que exigem, por unidade, quase tanto como o orçamento médio dum serviço de Pediatria. Entre a ressurreição de Lázaro e o deixai-vir-a-mim-as-criancinhas, o homem de hoje escolhe, sem hesitações, o primeiro. Quando se discute a rendibilidade dos serviços de Saúde, todos parecem ignorar que o investimento na protecção à infância é, sem dúvida, o que dá maiores dividendos.

A criança nasce, o mais das vezes, por acidente biológico, sem que os progenitores tenham meditado sobre um acto tão supremo que quase os faz roçar a divindade.

Chegada ao mundo, pode ver-se rodeada de gadgets, impostos ao gosto dos pais pela sociedade dita de consumo, mas não lhe constroem salas amplas e arejadas, destinam-lhe apartamentos de renda limitada; não lhe reservam zonas verdes, atribuem-lhe ruas negras de asfalto ou passeios pejados de automóveis que não têm parques convenientes; não procuram que respire oxigénio a plenos pulmões, deixam-lhes o fumo das fábricas.

No mundo actual, a criança tem perante si um cruel dilema: privar-se de proteínas, como no terceiro mundo, ou usar máscaras anti-gás para ir à escola, como no Japão.

Se é rico, atocha-se de remédios e vitaminas, superprotegido, superengrena nos bandos de pedintes, fazendo da rua o seu «playground», exercitando-se no vício e no crime.

Se é rico, atocha-se de remédios e vitaminas, superprotegido, supermedicado, sempre no terror das doenças e dos meninos da rua que ensinam palavras feias, limitado aos seus brinquedos quase solitários, prisioneiro nas grades de ouro do seu conforto.

Para quê pensar no menino asiático se há Vietnams na quinta do

— 3 —

Narigão? Para quê pensar no menino judeu se há Treblinkas nas confortáveis residências do Restelo?

Mesmo às portas da morte, são ainda os pais que têm a última palavra, decidindo dos internamentos e das terapêuticas.

Quantos de nós não perderam tempo e paciência a convencer as famílias a autorizar o internamento imprescindível, a análise complexa, a intervenção salvadora! Não raro exigem-nos garantias, como se o acto médico fosse um carro utilitário ou um electrodoméstico. E a criança aguarda, a criança sofre, a criança morre. Sabem que o segredo profissional não pode ser invocado para esconder, aos pais, um acto dum menor?

Os pais têm, em última análise, o direito de vida ou de morte sobre os filhos.

Não existem, praticamente, estruturas de contrôle sobre as condições de existência duma criança no lar. Os auxílios são entregues à gestão dos pais, sem curar de saber se estes os empregam para benefício dos filhos.

Mesmo em casos extremos de abandono ou sevícias, torna-se extremamente complicado afastar as crianças dum ambiente familiar deletério. Não raro força-se uma mãe a aceitar um filho que abandonou ou castiga-se um pai que maltratou um filho, mas ninguém se lembra de guardar o abandonado ou retirar o maltratado das mãos do seu carrasco.

Não pode o pediatra contentar-se em remediar, vezes sem conto, as consequências da agressão por parte dum ambiente hostil. Tratar repetidas afecções respiratórias sabendo que elas decorrem de atmosferas poluídas e habitações sem um mínimo de conforto. Mediar gastroenterites que se devem à ausência de condições liminares de higiene. Recuperar incapacitados, vítimas duma assistência deficiente na gravidez. Não pode sujeitar-se à posição subalterna de minimizar os males resultantes dum desconhecimento total do planeamento familiar e da eugenia.

Mais do que qualquer outra, a Pediatria é uma disciplina essencialmente profiláctica e uma profilaxia eficaz terá, necessariamente, que invadir os campos da psicologia, da sociologia, da economia e da política.

Não chega celebrar, anualmente, a existência de direitos que permanecem letra morta. É urgente verificar diariamente a sua aplicação.

Qualquer injustiça social, perpetrada contra um homem ou grupos de homens vai reflectir-se inexoravelmente sobre as crianças. Cumpre ao pediatra estar sempre na primeira linha das batalhas por um mundo melhor.

Não basta pugnar por melhores hospitais, escolas, creches, infantários como se a criança fosse um ser isolado da sociedade que a rodeia, a asfixia, a informa. A luta do pediatra tem de estender-se às causas primeiras. Tem

— 4 —

de incidir sobre as condições económicas, sobre a habitação, sobre a cultura, sobre os ritmos de trabalho que podem privar a criança da companhia da mãe.

O pediatra tem de ser médico, mestre, confessor, psicólogo, sociólogo, arquitecto, sanitarista. Tem de constituir a vanguarda intelectual da Sociedade pois é nele que assenta a responsabilidade de assegurar a vinda de melhores homens.

A frase ingenuamente socialista de Virchow — «o médico é o advogado natural dos pobres» — poderá ser, com rigor, reformulada, se dissermos que:

«O pediatra deve ser o advogado natural da criança».

ABÍLIO TEIXEIRA MENDES